
ERER em Serra (ES): para além do já vivido!

**TÂNIA MARIA DOS SANTOS
ALDIERIS BRAZ AMORIM CAPRINI**



Tânia Maria dos Santos
Aldieris Braz Amorim Caprini

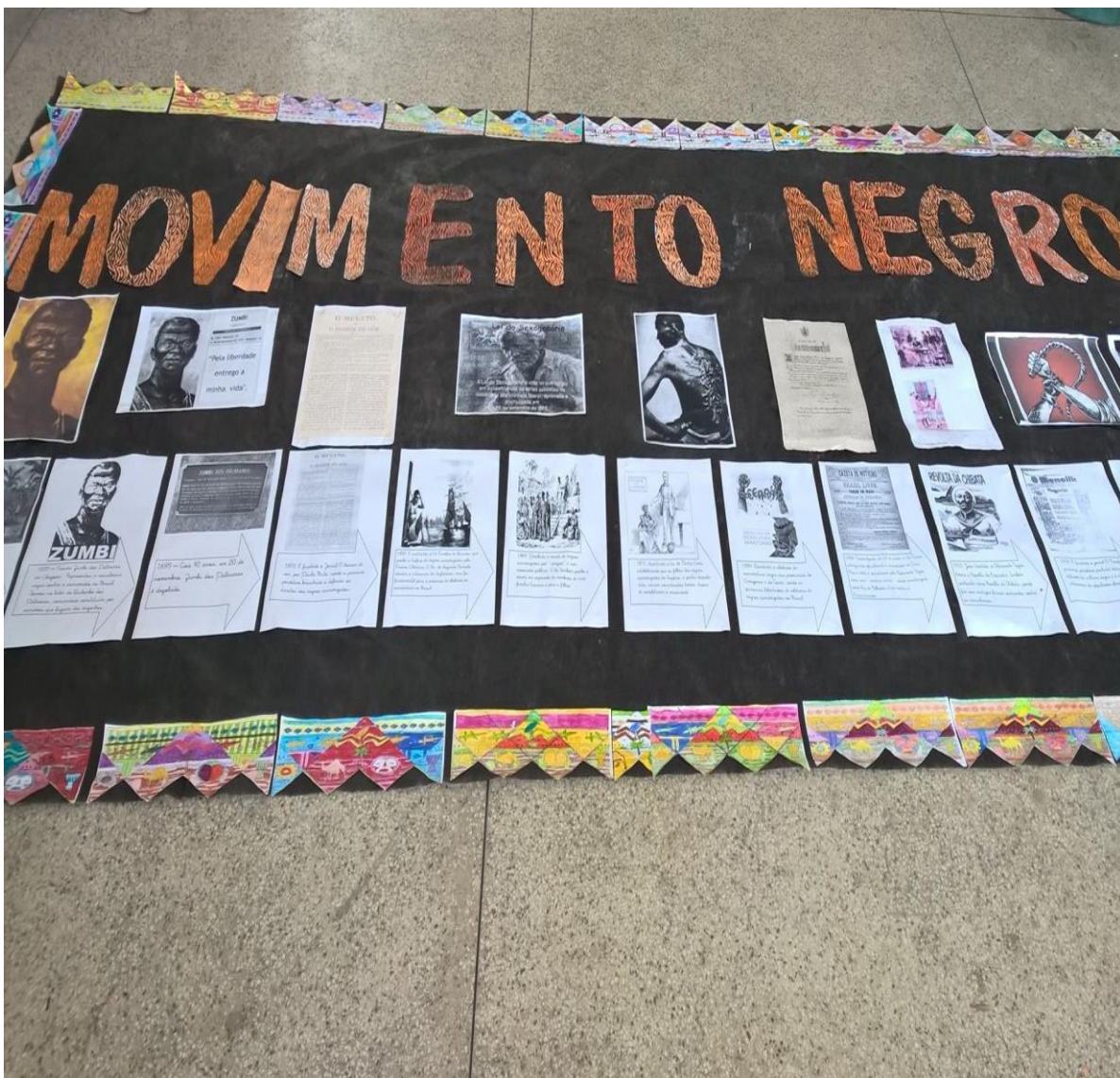
ERER em Serra (ES): para além do já vivido!



Sítio Histórico do Queimado. Fonte: Prefeitura da Serra. Disponível em:<
<http://www.serra.es.gov.br/noticias/aprovandofalta-foto-ruinas-do-queimado-simbolo-da-luta-negra-no-brasil>> Acesso em 12 nov. 2022



Casa do Congo Mestre Antônio Rosa. Fonte: Prefeitura da Serra. Disponível em:<
<http://www.serra.es.gov.br/site/publicacao/historia-sobre-o-congo-em-museu-da-serra>> Acesso em 12 nov. 2022



Projeto "Linha do tempo do Movimento Negro" Fonte: Elaboração da autora.



Projeto "Linha do tempo do Movimento Negro" Fonte: Elaboração da autora.

1ª edição
Vitória/ES
2022



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo)

S237e Santos, Tânia Maria dos.
ERER em Serra (ES) [recurso eletrônico] : para além do já vivido! /
Tânia Maria dos Santos, Aldieris Braz Amorim Caprini. – 1. ed. - Vitória :
Instituto Federal do Espírito Santo, 2022.
22 p. : il. ; 30 cm.

ISBN: 978-65-00-61669-9 (*E-book*)

1. Educação. 2. Relações étnico-raciais. 3. Professores – Formação. 4.
Humanidades. I. Caprini, Aldieris Braz Amorim. II. Instituto Federal do
Espírito Santo. III. Título.

CDD 21 – 370

Elaborada por Ronald Aguiar Nascimento – CRB-6/MG – 3.116

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
DE HUMANIDADES – PPGEH**

A. Vitória, 1729 – Jucutuquara – Vitória – ES
CEP: 29.040-780

DIAGRAMAÇÃO

Tânia Maria dos Santos

**PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO
PPGEH / IFES**

Descrição Técnica do Produto Educacional

Nível de Ensino: Educação Básica

Área de Conhecimento: Ensino

Público-Alvo: Professores da educação básica

Categoria deste Produto: Produto técnico

Finalidade: Projeto a ser desenvolvido para a formação de professores

Organização do Produto: O produto foi estruturado com base em sessões de estudos reflexivos com professores egressos do curso de ERER – Sedu/Serra - ES

Registro de Propriedade Intelectual: Ficha Catalográfica com ISBN XXXXXXXX e Licença Creative Commons (Educapes)

Disponibilidade: Irrestrita, mantendo-se o respeito a autoria do produto, não sendo permitido o uso comercial por terceiros **Divulgação:** Digital e/ou impresso

URL: Produto disponível no site do PPGEH: <https://ppgeh.vitoria.ifes.edu.br/index.php/producao-academica>

No repositório Educapes: <https://educapes.capes.gov.br/simple-search?query=produto+educacional&default=>

Processo de validação: Validado na banca de defesa da dissertação

Processo de Aplicação: aplicado com professores da Educação Básica

Impacto: Alto. Produto elaborado a partir da necessidade de professores da educação Básica, com o objetivo de proporcionar outras possibilidades de formação.

Inovação: Alto teor inovativo. O produto apresenta dados que ainda não tinham sido catalogados em nenhum outro material pedagógico do sistema de ensino local.

Origem do produto: Trabalho de dissertação intitulado "Educação para as relações étnico-raciais (ERER) e a formação de professores: percursos formativos no município de Serra – ES"

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

JADIR JOSÉ PELA
Reitor

ANDRÉ ROMERO DA SILVA
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

LODOVICO ORTLIEB FARIA
Pró-Reitor de Extensão

ADRIANA PIONTTKOVSKY BARCELLOS
Pró-Reitora de Ensino

LEZI JOSÉ FERREIRA
Pró-Reitor de Administração e Orçamento

LUCIANO DE OLIVEIRA TOLEDO
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

IFES – CAMPUS VITÓRIA

HUDSON LUIZ COGO
Diretor Geral

LUCIANO LESSA LORENZONI
Diretor de Ensino

TELMA CAROLINA SMITH
Diretora de Extensão

ROSENI DA COSTA SILVA PRATTI
Diretora de Administração

ANDRÉ GUSTAVO DE SOUSA GALDINO
Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação

LEONARDO BIS DOS SANTOS
Coordenador do PPGEH

Os autores



TÂNIA MARIA DOS SANTOS

Mestranda em Ensino de Humanidades pelo Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Professora dos Anos Iniciais do Sistema de Ensino do município da Serra - ES. Especialista em Educação Infantil pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Especialista em Gestão da Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC.



ALDIERIS BRAZ AMORIM CAPRINI

Pós- Doutor em Educação pela USP, Doutor em Educação (Currículo) pela PUC/SP, Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo e Licenciado em História pela Faculdade São Camilo-ES. Professor do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Tem experiência na docência da Educação Básica e do Ensino Superior na área de História e Educação e na Gestão Educacional. Desenvolve estudos e pesquisas na área da Educação nos temas formação de professores, currículo e diversidade étnico- racial. Atua no Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades – PPGEH – IFES – Campus Vitória – ES.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
INTRODUÇÃO	09
OBJETIVOS	10
O ESPAÇO DA PESQUISA	11
OS ESPAÇOS FORMATIVOS SERRANOS	12
A COORDENAÇÃO DE ESTUDOS ÉTNICOS-RACIAIS	12
BASE TEÓRICA	16
METODOLOGIA	20
PROPOSIÇÃO DE TEMAS	21
CONSIDERAÇÕES	22
REFERÊNCIAS	23

APRESENTAÇÃO

Caro (a) Leitor (a),

Este plano de formação é o produto educativo que resultou da pesquisa "Educação para as relações étnico-raciais (ERER) e a formação de professores: percursos formativos no município de Serra - ES", da linha de investigação "Formação de professores" do Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES, Campus Vitória.

A pesquisa realizada sobre a formação de professores e a educação das relações étnico-raciais, baseou-se nos seguintes questionamentos: qual a contribuição do curso de formação continuada "Educação, Relações Étnico-Raciais e Diversidade: diálogos necessários" para formação dos professores do Sistema de Ensino do município da Serra?; Qual a influência deste curso de formação nas práticas pedagógicas nas escolas do Sistema de Ensino do município da Serra?; Quais as demandas formativas que os professores egressos dessa formação apontariam a partir de suas vivências na escola?

No intuito de responder aos questionamentos supracitados, o objetivo geral assentou-se na análise da contribuição do curso promovido pela Coordenação de Estudos Étnico-Raciais – CEER, da Secretaria Municipal de Educação da Serra (ES) com vistas à elaboração de uma proposta de formação continuada para o aprofundamento epistemológico dos professores egressos. Os objetivos específicos trataram de: conhecer o percurso histórico do curso de formação; investigar a influência do curso nas práticas pedagógicas dos professores participantes desta formação e construir um produto educacional que materialize uma proposta de formação continuada para o aprofundamento epistemológico dos professores egressos. Como aporte teórico recorreremos a autores como: Freire (1967, 1979, 1987, 1996,) Imbernón (2010, 2011), Tardif (2014), Caprini (2017), Gomes (2003, 2005), Gomes e Silva (2002), Candau (2014).

Este produto educativo, elaborado a partir de diálogos e compartilhamento de experiências entre professores e validado pela banca de defesa da dissertação. Não tem a intenção de ser prescritivo, mas, antes, de ser um material de reflexão que potencialize as práticas educativas para uma educação antirracista nos espaços escolares serranos e para além deles.

Boa Leitura!





Introdução

Por muito tempo ouvi falar sobre o curso realizado pela Coordenação de Estudos Étnico-raciais –CEER e a Gerência de Formação da Secretaria de Educação do município da Serra (ES) e alimentava um grande desejo em participar, o que veio a acontecer no ano de 2018.

O curso de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) foi criado pela Secretaria Municipal de Educação da Serra em 2010 para que professores, coordenadores e diretores possam construir novas metodologias e desempenhar seu papel no reconhecimento e na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e indígenas, da diversidade étnica na formação da nação brasileira e do igual direito à educação de qualidade.

Em 2018, o curso, com carga horária de 129 horas, foi composto por: seminário de abertura, disciplinas, visita técnica à comunidade Quilombola, memorial, projeto de intervenção pedagógica e seminário de encerramento. As disciplinas: A ementa foi constituída pelas disciplinas: A Construção das Políticas Públicas de Ações Afirmativas e a Educação em Direitos Humanos; História Africana e Afro-Brasileira: a Construção do Racismo e as Religiões de Matrizes Africanas como Resistência Cultural; Revisitando a África: Olhares Geográficos e Cartográficos sobre o Continente Africano; Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais; Mídia e Relações Étnico-Raciais e a Estética Negra e Indígena nos Meios de Comunicação de Massa.

Nesse contexto, o projeto de intervenção pedagógica foi realizado na EMEF Professora Maria Istela Modenesi, onde sou lotada. Em parceria com a professora Marciele Tellarolli, geógrafa, desenvolvemos o projeto com o título “A importância do reconhecimento de suas raízes para a formação do indivíduo como cidadão”. Buscamos nesse projeto, junto aos estudantes do 5º ano A e 8º ano C, a partir das árvores genealógicas, a importância de conhecer nossa ancestralidade. Objetivávamos uma redefinição identitária. Antes de trabalharmos com as árvores genealógicas, fizemos a leitura das cartilhas “Igualdade Racial na Serra: história e identidade Negra I e II”, produzidas pela Coordenação de Estudos Étnicos- Raciais – CEER, Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial e o Ministério dos Direitos Humanos. No percurso, observamos as dificuldades de grande parte dos alunos em conhecer sua árvore genealógica, bem como a negação de sua ancestralidade.

A participação na formação continuada suscitou em mim o desejo de pesquisar em que medida o curso de Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) contribuía para a efetivação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nas escolas do Sistema de Ensino da Serra e quais seriam as demandas formativas dos professores egressos desse curso.

Estas indagações me trouxeram à experiência do Mestrado em Ensino de Humanidades e à grata e desafiadora experiência de me juntar aos meus pares para discutir a educação para as relações étnico-raciais.

No decurso do estudo pudemos perceber que a formação em ERER promovida pela Coordenação de Estudos Étnico-Raciais da Secretaria Municipal de Educação da Serra é de fundamental importância para que toda a comunidade escolar compreenda que as diferentes formas de discriminação não nascem na escola, mas que a escola é atravessada por elas. Apesar dessa constatação, foi possível concluir também que os professores almejam um espaço formativo onde possam compartilhar suas práticas pedagógicas, bem como aprofundar seus estudos na temática da educação das relações étnico-raciais.





Fonte: Pixabay. Acesso em 05 de nov. de 2020

OBJETIVOS

GERAL

Contribuir com a formação de professores e professoras do Sistema de Ensino da Serra (ES) no que tange a educação das relações étnico-raciais, bem como para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

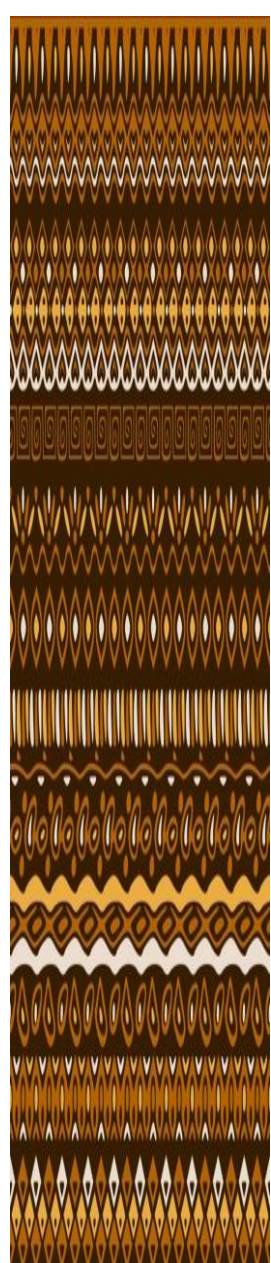
ESPECÍFICOS:

01-Propor ações formativas, que objetivem o aprofundamento epistemológico dos professores acerca da educação das relações étnico-raciais, do ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena, a serem desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Município da Serra (ES).

02- Apresentar possibilidades de organização da formação, bem como temas para o aprofundamento do debate da educação para as relações étnico-raciais.

03- Contribuir na implementação da educação antirracista.

O ESPAÇO DA PESQUISA: O SISTEMA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DA SERRA



A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9394/96, estabeleceu a organização dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, fixando que os municípios atuariam prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Para um sistema municipal de ensino se constituir, é imprescindível a criação do Conselho Municipal de Ensino, órgão regulador, com funções definidas e regulamentadas em Lei. No município da Serra, o Conselho Municipal de Ensino foi criado em 24 de novembro 1992, pela Lei nº 1.647, alterada pela Lei nº 1.961, de 12 de março de 1997. O Sistema Municipal de Ensino foi criado pela Lei Municipal nº 2.665, de 30 de dezembro de 2003.

O Sistema Municipal de Ensino da Serra é assim composto: Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Instituições de Ensino Fundamental e Educação Infantil mantidas pelo poder público municipal, Centros de Atenção Integral à Criança – CAIC, Instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada, situadas no município e quaisquer outras instituições de ensino, de qualquer nível ou modalidade, que venham a ser criadas e mantidas pelo Poder público Municipal (SERRA, 2003). A Secretaria Municipal de Educação é o órgão responsável pelo planejamento, coordenação, execução, supervisão e avaliação das atividades de ensino sob a responsabilidade do poder público municipal no que concerne a educação básica. O Conselho Municipal de Educação é um órgão de instância consultiva, normativa, deliberativa e fiscalizadora do Sistema Municipal de Ensino.

Uma fundamental competência de um Sistema Municipal de Ensino é a elaboração do Plano Municipal de Ensino, que deve ter duração plurianual e ser compatível com os Planos Nacional e Estadual de Educação. O Plano Municipal de Educação da Serra, de caráter decenal, foi criado a partir da Lei nº 4.432 de 04 de novembro de 2015. Dentre as diversas diretrizes do Plano, destacamos o Inciso III, do Artigo 2º “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (SERRA, 2015).

No âmbito de um movimento democrático, no ano de 2008 foi instituída no Sistema de Ensino da Serra, a Orientação Curricular de Educação Infantil e Ensino Fundamental “Articulando Saberes, tecendo diálogos”, que instituíram teorias e metodologias para o embasamento das práticas pedagógicas das escolas públicas serranas. Acerca da Orientação Curricular, Polez; Trancoso e Oliveira (2020) consideram que

A análise documental realizada sobre a Orientação Curricular para a Educação Infantil e Ensino Fundamental do município da Serra (2008), nos mostra que a questão étnico-racial no espaço escolar não é contemplada com a devida relevância. Sabemos que uma orientação curricular é construída coletivamente, onde a comunidade escolar, sobretudo professores, tem participação ativa. Ao mesmo tempo, pesquisas sobre a temática étnico-racial na escola afirmam que muitos professores ainda possuem visões empobrecidas e distorcidas sobre a história e cultura negra, além de valores sociais pautados no preconceito racial, e consideram que temos muito a avançar. (POLEZ; TRANCOSO e OLIVEIRA, 2020, p. 289)

Em relação ao número de escolas públicas geridas pelo poder público municipal, bem como a população estudantil do município, apresentamos os dados nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1- Quantitativo de Escolas Públicas da Serra - ES

Modalidade de Ensino	Nº de escolas
Educação Infantil (CMEI)	75
Ensino Fundamental (EMEF)	68
Total	143

Fonte: Elaboração da autora a partir do site da Prefeitura da Serra (2022)

Tabela 2- Total de matrícula na educação pública - Serra - 2020

Modalidade de Ensino	Nº de crianças/estudantes matriculados
Educação (CMEI)	22.376
Ensino Fundamental (EMEF)	48.076
Educação Integral	918
Educação de Jovens e Adultos	2.245
Total	73.615

Fonte: Elaboração da autora a partir de Saraiva (2020)

Polez; Trancoso e Oliveira (2020), ao apresentarem os dados das matrículas por modalidade de cor/raça, da Rede Pública da Serra em 2019, apontam que 13.315 crianças/estudantes* se autodeclararam brancos, 3.504 pretos, 42.037 pardos, 238 amarelos, 85 indígenas e 5.611 não declararam. Os autores, a partir da concepção de “população negra” alicerçada na Lei 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, concluíram que “69,5% da população estudantil do município serrano é negra” (POLEZ; TRANCOSO e OLIVEIRA, 2020, p. 277).



OS ESPAÇOS FORMATIVOS SERRANOS

O Centro de Formação “Professor Pedro Valadão Perez”

O Centro de Formação Continuada do Magistério surgiu no ano de 2006, a partir da Política Educacional do município, discutida e elaborada em 2005, ano do falecimento do professor de Matemática da rede municipal de ensino da Serra, professor Pedro Valadão Perez. As atividades formativas iniciaram em 2007. À época, o Centro de Formação localizava-se à Avenida José Rato, Bairro de Fátima. A estrutura física era composta de 01 (um) auditório com capacidade para 120 (cento e vinte) pessoas, 04 (quatro) salas de formação com capacidade para 35 (trinta e cinco) pessoas, em média, 01 (uma) sala para laboratório de informática, 01 (uma) minibiblioteca, 01 (uma) cozinha, 01 (um) depósito, salas para grupos de estudo e outras dependências. Em 2019, o Centro de Formação passou a funcionar à Rua Putiri, Bairro Caçaroca, em Serra Sede. A nova sede tem como estrutura física um prédio de dois andares assim constituído: o térreo possui 01 (um) auditório para 100 (cem) pessoas, 01 (um) almoxarifado, 02 (duas) secretarias e 05 (cinco) banheiros. O primeiro andar possui 01 (uma) sala com capacidade para 22 (vinte e duas) pessoas, 01 (uma) sala com capacidade para 45 (quarente e cinco) pessoas, 01 (uma) sala com capacidade para 35 (trinta e cinco) pessoas, 01 (uma) biblioteca, 01 (um) laboratório de informática, 01 (uma) cozinha e 05 (cinco) banheiros.

De acordo com as informações* fornecidas pela Gerência de Formação (GEFOR) os objetivos do Centro de Formação, em sua origem, são:

I - Articular ações que contemplem as necessidades de formação dos profissionais que atuam no magistério municipal ao longo da sua vida profissional, integrando o mundo do trabalho a espaços de estudo;

II - Possibilitar espaços e tempos de aprendizagem aos profissionais que atuam na Secretaria de Educação e nas Unidades de Ensino do município, atendendo à exigência profissional, bem como ao seu desejo de crescimento pessoal e ampliação do universo cultural;

III - Criar e manter parcerias com organizações para promover o desenvolvimento e oferta ampliada de formação continuada;

IV - Promover a apresentação e divulgação de práticas bem-sucedidas e troca de experiências entre os profissionais que atuam em diferentes realidades;

V - Valorizar e divulgar os diferentes saberes e práticas dos profissionais do município, bem como de outros profissionais, pesquisadores, possibilitando incrementar a formação continuada e assim contribuir para a qualidade da

* Binômio encontrado no Regimento Referência para as Unidades de Ensino da Rede Municipal da Serra (ES), regimento vigente, para caracterizar os discentes da Rede Municipal.

* Dados enviados pela Gerência de Formação (GEFOR) à pesquisadora, através de Google Drive.

educação ofertada às nossas crianças, adolescentes e adultos;

VI - Disponibilizar para os profissionais espaços de estudos, pesquisas, trocas de experiências, discussões e reflexões sobre a prática docente;

VII – Oferecer às equipes da SEDU espaço com infraestrutura para que possam realizar as formações previstas em seus planos de ação.

Os princípios e diretrizes fundantes do Centro de Formação são:

I – Perceber a formação enquanto exigência da profissão, para atender a necessidade pessoal e coletiva de todos os envolvidos no processo educativo;

II – Ter como referência a prática, tematizando a atividade reflexiva e investigativa para pensar em outras possibilidades, um exercício constante de reflexão e novas demandas;

III – Superar a visão de atualização/treinamento/capacitação, pensando a formação e o conhecimento no campo da produção, superando a visão do campo da aplicação;

IV – Integrar-se ao cotidiano do no trabalho (valorizando as dificuldades concretas), num processo contínuo e coletivo de reflexão que envolve os diversos atores da escola – equipe gestora, conselho, professores, pessoal administrativo, famílias, comunidade escolar, etc.;

V – Levar o profissional a tornar-se o sujeito da sua própria formação;

VI – Valorizar a ação docente, pensando a prática docente para além de mera aquisição/estudos de conhecimentos específicos;

VII – Subsidiar a reflexão permanente na e sobre a prática docente;

VIII – Esboçar estratégias de avaliação e acompanhamento que se possa mostrar resultados e/ou ações do processo formativo continuado.



A Coordenação de Estudos Étnico-Raciais – CEER

A Coordenação de Estudos Étnico-Raciais – CEER, ora responsável por ações que viabilizem a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nas escolas serranas, surgiu no Sistema de Ensino do município da Serra no ano de 2007, através da portaria nº 0224, que instituiu a Comissão de Estudos Afro-brasileiros – CEAFFRO. Entre os anos de 2007 e 2012, a CEAFFRO, permaneceu na estrutura organizacional da Secretaria de Educação da Serra, regulamentada através de portarias. No ano de 2013, com a sanção da Lei nº 4.009, a Comissão de Estudos Afro-brasileiros – CEAFFRO foi incorporada à Subsecretaria Pedagógica, passando para a condição de Coordenação de Estudos Étnico-Raciais – CEER (SERRA, 2020).

De acordo com o decreto nº 2344/2018, são atribuições da CEER:

a) assessorar as escolas no cumprimento das Leis Federais n.º 10.639/2003 e 11.645/2008 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais;

b) acompanhar as ações de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, desenvolvidas nas escolas, orientando com relação à importância da implementação de práticas que valorizem a diversidade étnica, religiosa, de gênero e de pessoas com deficiências gerando relatório a cada triênio;

c) orientar as equipes gestoras e técnicas da Secretaria Municipal de Educação para a implementação das Leis Federais n.º 10.639/03 e 11.645/08;

d) promover formação continuada para os profissionais da Educação da rede municipal, de forma sistemática e regular, construindo parcerias com Instituições de Ensino Superior, NEABs, sociedade civil, movimento negro, entre outros, que possam contribuir com conhecimentos sobre a temática da cultura afro-brasileira e indígena e para o desenvolvimento de uma educação para as relações étnico-raciais;

e) analisar, selecionar e sugerir a aquisição de materiais didáticos e paradidáticos que respeitem e promovam a diversidade, tais como: brinquedos, jogos, especialmente bonecas/os com diferentes características Étnico-raciais, de gênero e portadoras de deficiência;

f) produzir e distribuir materiais didáticos e paradidáticos que atendam e valorizem as especificidades (artísticas, culturais e religiosas) locais/regionais da população e do ambiente, visando ao ensino e à aprendizagem das relações

étnico-raciais;

g) analisar materiais didáticos e acervos referentes à temática Étnico-racial, encaminhados às bibliotecas e salas de leitura das unidades de ensino por programas do Governo Federal, emitindo pareceres técnicos e orientando sobre sua utilização, quando necessário;

h) representar a Secretaria Municipal de Educação junto aos conselhos municipais e órgão estaduais de educação afro-brasileira e demais representações relativas à educação para as relações étnico-raciais e diversidade;

i) elaborar relatório anual de todas as ações desenvolvidas para controle desta coordenação, da subsecretaria pedagógica e Secretaria Municipal de Educação;

j) encaminhar relatório de todas as ações desenvolvidas para o Ministério Público Municipal e Estadual solicitados anualmente;

k) executar outras atividades correlatas ou que lhes venham a ser atribuídas.

Cumprindo a atribuição de promover a formação continuada para os profissionais da Educação de forma sistemática e regular, a CEER vem, desde 2010, oferecendo o curso de formação, fomentando a educação para as relações étnico-raciais (SERRA, 2020).

Com o intuito de compreender a concepção de formação em EREER defendida pela CEER ao longo dos anos, ao cumprir com a atribuição de promover a formação de forma regular e sistemática, expomos nos quadros a seguir as temáticas desenvolvidas nas últimas cinco edições, do ano de 2018 a 2022.

Quadro 1 - Curso “Educação, Relações Étnico-raciais e Diversidade: diálogos necessários” - 2018

Temática	Carga horária
História Africana e Afro-brasileira: a construção do racismo e as religiões de matrizes africanas como resistência cultural.	16 horas
Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais.	12 horas
Revisitando a África: olhares geográficos e cartográficos sobre o continente africano.	16 horas
Mídia e relações etnicorraciais: a estética negra e indígena nos meios de comunicação de massa.	12 horas
A construção das Políticas Públicas de Ações Afirmativas.	12 horas
Aula de campo na comunidade Quilombola/ Museu Intercontinental África-Brasil.	10 horas
Apresentação de Projeto de Intervenção Pedagógica.	20 horas
Seminário de Encerramento.	05 horas

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora a partir do Manual do Curso (2022)

Quadro 2 - Curso “Educação, Relações Étnico-raciais e de Gênero: caminhos para a prática de educação e promoção da equidade na escola” – 2019

Temática	Carga horária
Relações raciais na educação do Espírito Santo	9 horas
Relações raciais no município da Serra	8 horas
Relações raciais e práticas de educação	8 horas
Relações de gênero e suas interseccionalidades	8 horas
Relações Étnico- Raciais povos indígenas	8 horas
Práticas de educação e Literatura	8 horas
Apresentação de Projeto de Intervenção	16 horas
Entrega de Resumo Expandido	-

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora a partir do Manual do Curso (2022)

Quadro 3 - Curso “Educação, Relações Étnico-raciais: caminhos para a prática de educação e promoção da equidade na escola” - 2020

Temática	Carga horária
Seminário de abertura	5 horas
Os efeitos psicossociais do racismo	5 horas
Atividade Complementar – Plataforma	20 horas
ERER no Espírito Santo	10 horas
ERER no município da Serra	5 horas
ERER na Literatura	5 horas
ERER e Cinema	5 horas
ERER E Movimento Hip Hop	5 horas
ERER e Povos Indígenas	5 horas
ERER e Gênero	5 horas
Apresentação das Práticas de Ensino	10 horas

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora a partir do Manual do Curso (2022)

Quadro 4 - Curso “Educação para as Relações Étnico-Raciais na rede municipal de ensino da Serra: promovendo a diversidade na escola” - 2021

Temática	Carga horária
Os efeitos psicossociais do racismo	2h30min
Contextualizando a Educação das Relações Étnico-Raciais	2h30min
ERER na Literatura Infantojuvenil	2h30min
Educação para as Relações Étnico-Raciais no município da Serra	1h30min
Olhares geográficos sobre o continente africano	1h30min
Cineclube na escola: A experiência do Cineclube Afoxé	2h30min
Multiculturalismo e a prática de ensino para a diversidade	2h30min
ERER e Gênero	2h30min
Povos indígenas no município da Serra	2h30min
Apresentação da prática pedagógica realizada na escola ou via APNP	5h
Desenvolvimento da atividade pedagógica na escola ou não presencial (APNP)	18h
Educação das Relações Étnico-raciais no contexto da Educação Especial	2h30

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora a partir do Manual do Curso (2022)

Quadro 5 - Curso “Educação para as Relações Étnico-Raciais na rede municipal de ensino da Serra: promovendo a diversidade na escola” - 2022

Temática	Carga horária
Contextualizando a Educação das Relações Étnico-Raciais	8h
ERER na Literatura Infantojuvenil	8h
Educação das Relações Étnico-Raciais no ensino de Geografia e Matemática	8h
História e Cultura indígena	8h
Educação das Relações Étnico-Raciais no ensino de Educação Física	8h
Multiculturalismo e a prática de ensino para a diversidade	2h30min
Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Especial	2h30min
ERER e Arte	2h30min
Educação das Relações Étnico-Raciais no ensino de História	2h30min
Educação das Relações Étnico-Raciais no ensino de Ciências	2h30min
Patrimônio Histórico da Serra	2h30min
A mulher negra na educação	2h30min
Racismo Religioso	2h30min

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora a partir do Manual do Curso (2022)

Para a visualização dos principais cursos ofertados pela Gerência de Formação, em parceria com a Coordenação de Estudos Étnico-Raciais, com a temática da educação para as relações étnico-raciais, sistematizamos* a Tabela 3.

Tabela 3 - Cursos realizados com a temática da ERER

Ano de edição	Carga horária	Número de inscritos
2010	240h	110
2011	240h	76
2012	240h	92
2013	60h	210
2014	180h	47
2015	180h	34
2016	180h	109
2017	180h	155
2018	129h	253
2019	120h	94
2020	80h	79
2021	80h	95
2022	100h	48

Fonte: Elaboração da autora (2022)

* Dados enviados pela Gerência de Formação (GEFOR) à pesquisadora, através de Google Drive.

BASE TEÓRICA

A FORMAÇÃO CONTINUADA E A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A escola é o espaço privilegiado para o desenvolvimento de uma pedagogia da diversidade, onde a história e a cultura africana e afro-brasileira sejam firmadas, superando assim, opiniões preconceituosas, a discriminação racial, o mito da democracia racial. O reconhecimento e o respeito à diversidade étnico-racial passam, necessariamente, pela formação dos professores (as).

Segundo Gomes e Silva (2002) a discussão sobre formação de professores e professoras e a diversidade étnico-cultural é um campo de complexidade, contradições, desafios e tensões.

Gomes (2005), alerta para o fato de que não basta apenas lermos os documentos oficiais, discutirmos o material didático e não discutirmos as representações sobre os negros que os atores da educação têm. Aqui, vale acrescentar, que não basta serem realizados cursos de formação sobre a temática étnico-racial, antes é preciso que as experiências vividas nos cursos reverberem nas práticas pedagógicas, de modo que desemboquem na igualdade dos direitos sociais de todos.

Nesta perspectiva, Freire (1996, p.25) afirma

É neste sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos. É preciso deixar claro que a transgressão da eticidade jamais pode ser vista ou entendida como virtude, mas como ruptura com a decência. O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar.

Gomes (2003) ao refletir sobre educação, identidade negra e a formação de professores e professoras, levanta discussões acerca das representações do corpo negro e do cabelo crespo, forjadas, sobretudo, no contexto escolar. Nota-se, em sua pesquisa, que embora existam diferentes formas e lugares da educação se fazer, a escola é apontada pela autora como

[...]uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade. É essa visão do processo educativo escolar e sua relação com a cultura e a educação — vista de uma maneira mais ampla — que nos permite aproximar e tentar compreender melhor os caminhos complexos que envolvem a construção da identidade negra e sua articulação com os processos formativos dos professores e das professoras (GOMES, 2003, p. 170)

Ao discorrer acerca das representações do corpo negro no cotidiano escolar no momento da implantação da Lei 10.639/2003, Gomes (2003), ressalta que o momento era propício para inserção da temática na formação docente e afirma que o debate sobre raça negra e educação para além de ser um desafio, é um dever dos professores e professoras e dos responsáveis pela formação destes.

Gomes e Silva (2004) ao tratar das pedagogias de combate ao racismo e as discriminações, no parecer do Conselho Nacional de Educação que regulamentou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como a alteração na LDBEN 9394/96, pela Lei 10.639/03, ressalta que, os professores, além de receberem formação em sua área específica, sejam capacitados para “não só compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-raciais, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las.” (BRASIL, 2004, p. 18).

No tocante às estratégias pedagógicas para a educação das relações étnico-raciais, vale aqui ressaltar as pedagogias do Movimento Negro, movimento definido como

[...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (DOMIGUES, 2007, p.101).

Segundo Lima (2011), as proposições pedagógicas pensadas pelo Movimento Negro incorriam à uma resposta do sistema educacional e sobretudo, à sociedade brasileira, para as causas da população negra. Neste contexto, surgiu no Brasil, na década de 70, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB) e a Pedagogia Interétnica (PI) em Salvador; a Pedagogia Multirracial, no Rio de Janeiro, na década de 80 e a Pedagogia Multirracial e Popular, em Florianópolis, no início do ano 2000.

A Pedagogia Interétnica surgiu de uma pesquisa sobre relações sociais, realizada pelo Departamento de Ciências Sociais do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro de Salvador, em parceria com a Universidade Federal da Bahia - UFBA, em 1978. A coordenação da pesquisa foi realizada pelos sociólogos Roberto Santos e Manoel de Almeida Cruz que contaram com a colaboração dos estudantes de Ciências Sociais da UFBA. O resultado da pesquisa apontou que o processo educacional, neste incluídos escola, família, comunidade e meios de comunicação, é o principal responsável pela transmissão do preconceito racial e que só através dele poderia ser feito o combate. A partir desta constatação, foi elaborado um sistema pedagógico, com o objetivo de pesquisar e estudar o etnocentrismo e o racismo transmitidos pelo processo educacional, propondo medidas para combatê-los.

A Pedagogia Interétnica tem como base a concepção de uma linguagem total e utiliza os meios de comunicação, o teatro, palestras nas escolas e nas comunidades, para a discussão das causas e efeitos do etnocentrismo, preconceito racial e racismo no intuito de surgir uma nova escola que valorize os conhecimentos dos grupos étnicos subalternizados.

Os pressupostos metodológicos da Pedagogia Interétnica são: método curricular, dramaterapêutico e comunicativo. Os aspectos estruturantes são: histórico, culturoológico, antrobiológico, sociológico e psicológico. Como procedimento metodológico, a fenomenologia insurge no momento em que o educador e o pesquisador precisam se desfazer de valores, ideias preconcebidas para a aplicabilidade desta pedagogia. O procedimento dialético, inerente à Pedagogia Interétnica exige uma postura crítica da realidade, para que haja a compreensão da essência dos fenômenos.

Cruz (1987), sobre a Pedagogia Interétnica concluiu

A grande meta da pedagogia interétnica é o reconhecimento dos valores do homem enquanto membro deste ou daquele grupo. O homem, quer seja ele dinamarquês, bororó ou hotentote, é portador dos mesmos valores fundamentais, da mesma estrutura ontológica e do mesmo destino. É o ser que pensa, sente, quer e intui, está envolvido no projeto semiótico, produzindo e interpretando signos e códigos. [...] O mundo ocidental sempre se colocou no centro do universo, julgando-se senhor da verdade, atribuindo a si a exclusividade do pensamento, e da cultura. Hegel, em uma de suas obras, Introdução a História da Filosofia, nega aos outros povos a capacidade filosófica. Lembramos também de L. Brühl, que não reconhece os povos ditos primitivos a capacidade lógica de formulação de pensamento. Finalizando, a pedagogia interétnica, não sei se exatamente à maneira da fenomenologia de Husserl, está preocupada e ocupada com a essência do ente humano, com sua libertação total, não somente através da interpretação da realidade, mas da sua transformação radical. (CRUZ, 1987, p. 76)

Maria José Lopes da Silva, carioca, linguista, professora aposentada da rede municipal e estadual do Estado do Rio de Janeiro, militante do Movimento Negro, é precursora da Pedagogia Multirracial, pela convicção de que a educação é fundamental na luta antirracista. Preocupava-se a professora Maria José, no âmbito do Movimento Negro, com o acesso da população negra à educação, bem como a permanência. O conteúdo que desconsiderava a herança ancestral africana era outra grande preocupação. Esses fatores levaram a professora a esboçar elementos para a indicação de uma pedagogia diferenciada. O primeiro elemento aponta a prática profissional que não fazia a discussão entre o elevado índice de exclusão e reprovação de estudantes negros e as relações raciais. A Pedagogia Multirracial atentarà, segundo Lima (2009), “para a necessidade de evidenciar o pertencimento racial como dado fundamental na análise do debate sobre o fracasso escolar.”

O segundo elemento que contribuiu para que a professora Maria José fizesse a proposição de uma pedagogia diferenciada foi sua experiência como estudante de uma escola particular onde diz não ter recebido nunca um carinho de uma professora.

O terceiro elemento fundamental que impulsionou a professora para a sistematização de uma pedagogia multirracial foi sua militância negra e participação política em partido de esquerda. A experiência educacional em Angola e Moçambique, em tempos de descolonização, também foi fator preponderante.

Segundo Lima (2009)

Alicerçada por todas estas referências a pedagogia multirracial aponta como pontos fundamentais para seu desenvolvimento: problematizar os mecanismos que levam a exclusão e subalternização da população negra, para tanto a necessidade de apontar para o combate a democracia racial; ter a escola como um dos espaços de superação das desigualdades raciais, seja do ponto de vista de seus conteúdos, das metodologias educacionais, chegando até aos processos de avaliação. (LIMA, 2009, p. 161)

A pedagogia Multirracial está apoiada em dois grandes tópicos. O tópico Fundamentos teóricos da Pedagogia Multirracial, subdivide-se em: redação de objetivos e perspectivas, redação dos fundamentos filosóficos e metodológicos, revisão e organização. O tópico que compreende a parte específica abarca propostas de reflexão por áreas específicas.

Lima (2009) a respeito da Pedagogia Multirracial reitera

Ao mesmo tempo, sem a preocupação de ampliar o foco de uma pedagogia que se denomina “multi”. Para seus formuladores, devido ao momento histórico era de fundamental importância afirmar o caráter de combate ao racismo, a partir de uma intervenção nos espaços educacionais. Segundo pudemos acompanhar, uma intervenção que fosse propositiva, já que pelo entendimento dos formuladores da pedagogia multirracial, esse período fora marcado pelo diagnóstico dos efeitos negativos do racismo sobre a educação. Portanto, se fazia mister produzir um instrumento que subsidiasse todos aqueles que entendiam o desafio do combate às desigualdades raciais. (LIMA, 2009, p.175)

A Pedagogia Multirracial e Popular surgiu, em Florianópolis, Santa Catarina, como proposição do Núcleo de Estudos Negros (NEN). Este Núcleo, após uma trajetória de discussões e protagonismos, traçou encaminhamentos para a formulação da pedagogia a partir da argumentação teórica de Maria José Lopes da Silva. A articulação entre a proposta do Núcleo de Estudos Negros e as redes de ensino, fez a ligação entre a pedagogia e a educação popular.

Lima (2011, p.278) elenca os princípios políticos da Pedagogia Multirracial e Popular:

1. Tem a luta contra o racismo como um princípio político pedagógico;
2. É uma pedagogia em construção coletiva;
3. Concebe que a realidade social brasileira é multirracial;
4. Declara e denuncia a existência da raça do racismo como construção político-social;
5. As pessoas são o centro da relação pedagógica;
6. A vida cotidiana dos grupos étnicos, raciais e culturais é a base dos saberes curriculares e das relações pedagógicas, valorizando a visão de mundo das várias matrizes culturais da história do negro, desde a África até os dias atuais;
7. Explicita as contradições sociais, as relações raciais e as desigualdades na sociedade brasileira;
8. Está centrada na pesquisa e na autoformação de educandos e educadores;
9. Entrelaça distintos campos das ciências humanas como antropologia, sociologia, psicologia, política, etc.;
10. Faz uma leitura crítica e contextualiza do mundo, de nossa realidade e da Educação no Brasil e no mundo;
11. Atravessa e problematiza outras formas de intolerância, discriminações e preconceitos como que afetam as relações de gênero, e a livre orientação sexual, a xenofobia e o sexismo;
12. Educação como um projeto político de transformação das injustas estruturas sociais e como projeto pleno de libertação humana, contra todas as formas de opressão e exploração.

A base da Pedagogia Multirracial e Popular são o “associativismo e o espírito comunitário construído no processo histórico da população negra” (LIMA, 2011, p. 296).

A história do Movimento Negro, abordada por Domingues (2007) é classificada em quatro fases: da Primeira República ao Estado Novo; da Segunda República à ditadura militar; do início do processo de redemocratização à

República Nova e do início do Novo Milênio à atualidade. É no bojo da terceira fase que o autor situa a ênfase do Movimento Negro no campo da educação

Naquele período, o movimento negro passou a intervir amiúde no terreno educacional, com proposições fundadas na revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos; na capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia interétnica; na reavaliação do papel do negro na história do Brasil e, por fim, erigiu-se a bandeira da inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares. Reivindicava-se, igualmente, a emergência de uma literatura “negra” em detrimento à literatura de base eurocêntrica. (DOMINGUES, 2007, p. 115)

Nota-se, portanto, que a luta para a formação de professores pautada na pedagogia interétnica já vem de muito tempo, porém “é um tema subexplorado na historiografia brasileira” (DOMINGUES, 2007, p. 100).

Candau (2014) ao discorrer acerca da perspectiva Intercultural*, as práticas pedagógicas e a formação de professores, elenca alguns elementos para o que a autora define como “reinvenção da escola” (CANDAU, 2014, p. 38). Aponta como primordial, a tomada de consciência da construção da identidade cultural no âmbito pessoal, imbricada nos processos socioculturais e o contexto histórico do país. Afirma a importância de reconhecer, nomear e trabalhar os enraizamentos culturais, os processos de hibridização e o fato de que determinados pertencimentos culturais foram negados ou silenciados. Relata sua experiência na formação de professores para essa tomada de consciência que incide nas práticas educativas.

Outro aspecto apontado por Candau (2014) é a definição que temos dos outros, daqueles que são diferentes, o que a autora destaca como proveniente de uma perspectiva etnocêntrica. Ressalta que essa questão é transportada para a educação quando os professores atrelam o fracasso escolar às características sociais e étnicas dos alunos; quando há a acepção de escolas segundo a origem dos estudantes; quando há a ideia estereotipada das origens sociais e culturais desses e quando, ao reconhecer determinados grupos sociais, o reconhecimento do universo cultural é folclorizado ou estereotipado.

Em relação às práticas pedagógicas cotidianas, a autora propõe que sejam encaradas sob o prisma da “negociação cultural” (CANDAU, 2014, p. 39). Assevera que esse novo olhar traz implicações, sendo elas: desvelar o daltonismo cultural presente nas escolas; evidenciar a ancoragem histórico-social dos conteúdos; promover experiências de interação sistemática com os outros e conceber a escolas como espaço de crítica e produção cultural. Candau (2014) enaltece que, para além da ressignificação dos saberes, das práticas e atitudes, é preciso ressignificar a concepção de escola diante dos desafios contemporâneos e ainda que, o multiculturalismo e as questões da diferença têm papel inegável na construção desse novo conceito.



* Multiculturalismo interativo ou interculturalidade – perspectiva que afirma a interação entre as culturas e a política de empoderamento e visibilidade dos diversos grupos socioculturais e suas identidades.

Para a implementação do Plano de Formação em tela, propomos que os encontros com professores egressos do curso sejam organizados tendo como referência os **círculos de cultura freireanos**, em face do que foi externado pelos professores participantes nas sessões de estudos reflexivos da nossa pesquisa.

Na obra “Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire”, Freire (1979), apresenta seu “método” de alfabetização que se contrapõe aos métodos mecânicos e uma metodologia que privilegia não só o educador, mas também o educando. Essa concepção de método e metodologia de Paulo Freire nos é cara, pois foi nessa vertente que os professores colaboradores, colocaram-se. Ensejaram uma proposta, (que ao longo das frutíferas discussões denominamos como “pós-formação”) com um formato onde os participantes não são passivos, nem objetos, antes, sujeitos de sua própria formação.

Freire (1979) discorre sobre as fases do método: 1) a descoberta do universo vocabular; 2) seleção de palavras dentro do universo vocabular; 3) criação de situações existenciais típicas do grupo com o qual se trabalha; 4) elaboração de fichas indicadoras que ajudam os coordenadores do debate em seu trabalho; 5) elaboração de fichas nas quais aparecem as famílias fonéticas. Só após essas fases os “atos concretos da alfabetização” (FREIRE, 1979, p.24), acontecerão. É possível depreender nesse método, a dialogicidade que é a base da educação problematizadora freireana, educação que desafia o “poder de reflexão da consciência” (FREIRE, 1979, p. 27).

Em “Pedagogia do oprimido”, Freire, tendo sempre como princípio o diálogo, apresenta a busca pelo tema gerador como parte da pós-alfabetização. Essa busca ou investigação temática, como parte do processo educativo, também é composta por fases. Na primeira fase há o apanhado do universo temático do grupo ou comunidade onde se fará o trabalho. Na fase seguinte há a apreensão do conjunto de contradições advindas do universo temático que serão base para a releitura da realidade onde o trabalho será realizado. Na sequência, há os diálogos descodificadores. Os diálogos descodificadores são análises críticas de uma situação codificada. Por fim, na última etapa, há o estudo dos achados nas etapas anteriores.

As fases do método ou a investigação temática acima descritos são etapas imprescindíveis para os círculos de cultura pensados por Paulo Freire. Os círculos de cultura se constituíam como espaços dialógicos de ação revolucionária, onde homens e mulheres, buscavam a transformação social, a partir da sua realidade.

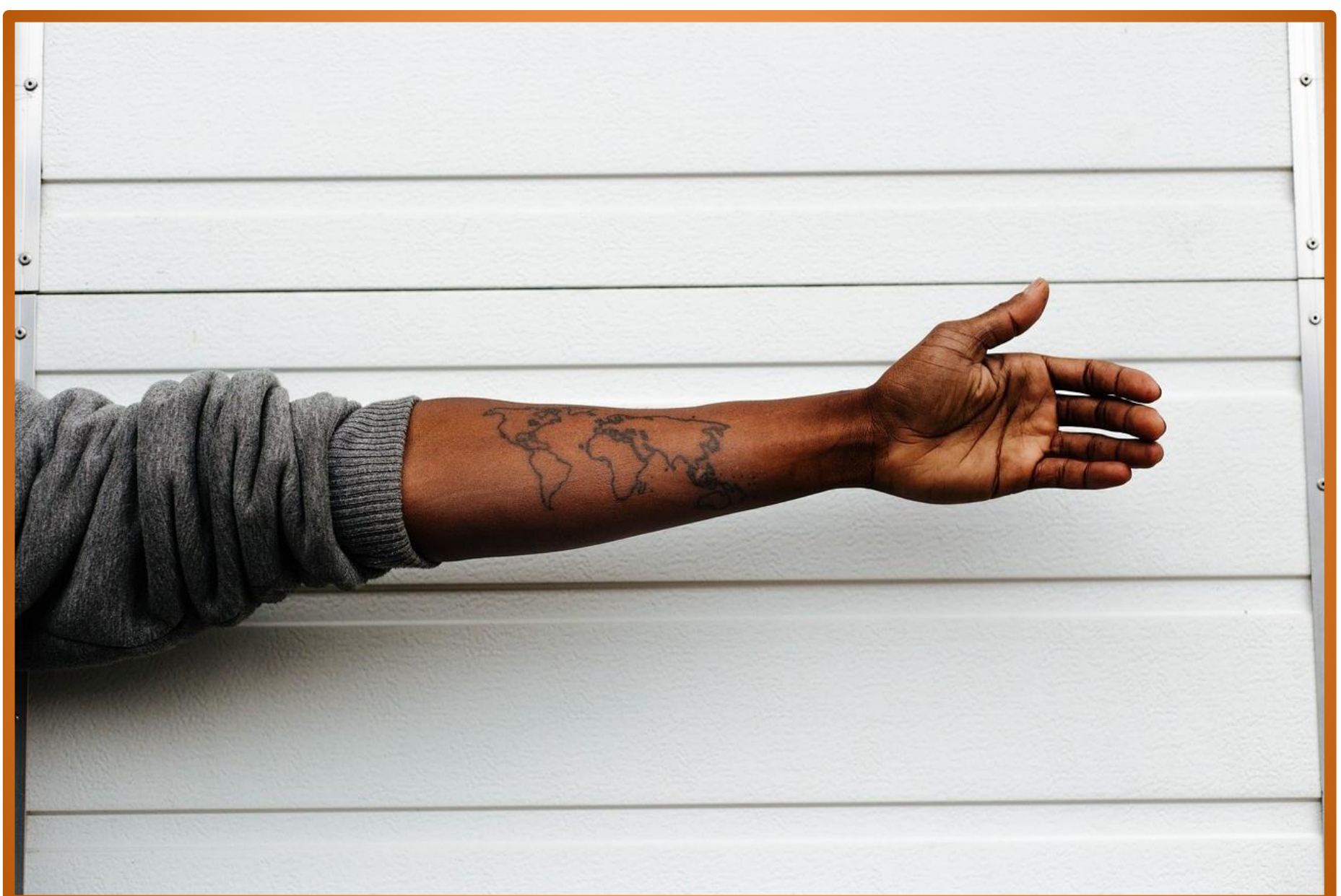
Os círculos de cultura freireanos, pensados há mais de 50 anos, no movimento de educação popular, sedimentavam a prática de uma educação problematizadora e libertadora. Na disposição de pessoas em círculo, coordenadores e alunos estabelecem a educação autêntica que “não se faz de “A” para “B”, ou de “A” sobre “B”, mas de “A” com “B”, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 48).



PROPOSIÇÃO DE TEMAS

Dada nossa sugestão de organização dos encontros, deixamos como propostas, advindas das contribuições dos professores/colaboradores e da pesquisa, alguns temas:

- ✓ Pesquisas em EREER na pós-graduação;
- ✓ EREER e o cotidiano escolar;
- ✓ EREER e as práticas pedagógicas;
- ✓ EREER e os livros didáticos;
- ✓ EREER e autoras/ autores negras e negros;
- ✓ EREER e a Orientação Curricular de Educação Infantil e Ensino Fundamental “Articulando Saberes, Tecendo Diálogos”;
- ✓ Sujeitos da EREER.



CONSIDERAÇÕES

No mundo pós Segunda Guerra Mundial, a educação é firmada como alicerce para a reconstrução das nações, sob a égide da cultura de paz. Assim sendo, a profissionalização docente passa a ser condição *sine qua non* para uma educação de qualidade para todos.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN 9394/96, preconiza em seu artigo 67 que os sistemas de ensino devem promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando, em conformidade com os estatutos e planos de carreira do magistério, o aperfeiçoamento profissional, com licenciamento periódico remunerado. O artigo 80 também versa sobre a responsabilidade do poder público em fomentar a educação continuada através do ensino a distância. E ainda, no artigo 87, parágrafo terceiro, inciso III, reza que os entes federados devem realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício.

No Sistema de Ensino do município de Serra, a formação continuada é garantida pela Lei 2172/99, que instituiu o Estatuto do Magistério Público do Município da Serra, onde, no capítulo de Direitos e Vantagens e seção da Autorização Especial de Afastamento, assevera que o profissional da educação tem autorização para frequentar cursos de aperfeiçoamento, atualização e especialização, mestrado e doutorado, de acordo com a função que exerce. E ainda, sobre a formação continuada, o Plano Municipal de Educação vigente preconiza:

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 90% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PMES e garantir a todos (as) os profissionais (as) da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (SERRA, 2015).

A análise dos relatórios anuais das ações de formação dos profissionais do município de Serra, desde a fundação do Centro de Formação em 2007 até as atividades desenvolvidas em 2020, aponta que a linha condutora da política de formação do município é a valorização do profissional da educação enaltecendo seus saberes e práticas.

Desse modo, esperamos que a proposta de “pós-formação” aqui apresentada, pautada na humildade referenciada por Paulo Freire ao afirmar que “a **pronúncia** do mundo, com que os homens o recriam permanentemente, não pode ser um ato arrogante” (FREIRE, 1987, p. 46), contribua com a formação permanente de professores e professoras e com a efetivação do que preconizam as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.



REFERÊNCIAS

- Lei nº 9394/96. Cria as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União, 23 dez. 1996**. Brasília: presidência da República, 1996. Disponível em: . Acesso em: 02 nov. 2017
- BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003** - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 07 abr. 2020.
- BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" . **Diário Oficial da União**. Poder Legislativo, Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 14 abr. 2020.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas**. Porto Alegre: Educação, vol. 37, n. 1, p. 33-41, 2014. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/15003>> Acesso em: 27 maio. 2021.
- CRUZ, Manoel de Almeida. **Pedagogia Interétnica**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, n. 36, p. 74-76, 1987. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010015741987000400015&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 09 jul. 2020.
- DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Niterói: Tempo, v. 12, n.23, p. 100-122, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>> Acesso em: 12/06/2020.
- FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: **uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Trad. De Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª ed., 1987.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. São Paulo: Educação e Pesquisa, v. 29, n. 1, p. 167 – 182, jan./ jun. 2003. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 04 jan. 2022.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação**. In: MUNANGA, Kabengele. (Org). Superando o racismo na escola. Brasília: SECAD, 2005.
- GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **O desafio da diversidade**. In: _____. (Orgs.). Experiências Étnico-Culturais Para a Formação de Professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- LIMA, Ivan Costa. **As pedagogias do movimento negro no Rio de Janeiro e Santa Catarina (1970-2000): implicações teóricas e políticas para a educação brasileira**. 2009. 319f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza, 2009. Disponível em: < <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3134>> Acesso em: 09 jul. 2020
- LIMA, Ivan C. Nossas persistências históricas: caminhos das pedagogias do movimento negro no Brasil. João Pessoa, 2011. Disponível em < <http://www.periodicos.ufpb.br>> Acesso em: 07 jul. 2020
- POLEZ, F. T. S.; OLIVEIRA, E. A; M.; TRANCOSO, J. S.R. **Educação para as relações étnico-raciais no município da Serra-ES: uma análise das orientações curriculares de 2008**. @rquivo Brasileiro de Educação. Belo Horizonte, v. 8, n. 17, p. 271-293, 2020. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/24267>> Acesso em: 05 jul. 2022.
- PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. **Lei nº 2.172, de 22 de março de 1999**. Altera o estatuto do magistério público do município de Serra. Disponível em: <https://prefeiturasempapel.serra.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L21721999.html?identificador=310033003200360033003A004C00>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- SERRA (Cidade). Secretaria Municipal e Planejamento Estratégico. Serra: perfil socioeconômico. Serra, ES, 2011. _____. Lei nº 4.432, de 25 de novembro de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação da Serra – PMES e dá outras providências. **Diário Oficial [dos] Poderes do Estado**, Vitória, 25 nov. 2015. p. 1-11.
- SERRA, Secretaria de Educação. **Proposta de caminhos para a Educação das Relações Étnico-Raciais no município da Serra**. Serra, 2020.